

URBANISMO E ARQUITECTURA DE BRACARA AUGUSTA: BALANÇO DOS RESULTADOS

por

Manuela Martins, Manuela Delgado
e Jorge de Alarcão

Resumo: Balanço dos conhecimentos relativos ao urbanismo e arquitectura de Bracara Augusta, com base nos resultados das escavações realizadas desde 1976.

Palavras-chave: Urbanismo. Arquitectura. Bracara Augusta.

1. INTRODUÇÃO

A história da descoberta de *Bracara Augusta* iniciou-se no séc. XVI, altura em que, sob influência do humanismo, se desenhou um real interesse pelo passado de Braga e pela interpretação de epígrafes e ruínas, ainda pontualmente visíveis, nalgumas das grandes quintas que rodeavam a cidade. São essas inscrições e ruínas que irão constituir a base documental para a elaboração das primeiras memórias sobre a ocupação romana de Braga, devidas, primeiro, a D. Rodrigo da Cunha (1634) e, um século mais tarde, a Jerónimo Contador de Argote (1728; 1732-34). As obras destes eruditos constituem, assim, importante fonte de informações relativamente ao urbanismo e arquitectura de *Bracara Augusta*. Entre elas merecem destaque a descrição do perímetro da muralha romana, feita com base nos troços ainda conservados no séc. XVIII, bem como a referência a grandes edifícios, em S. Pedro de Maximinos, designadamente de um teatro, ou anfiteatro.

Todavia, o documento mais antigo que possuímos, de indiscutível interesse para o urbanismo romano, está representado pelo mapa de Braga, da autoria de Braunio, datado de 1594, no qual se encontram localizados o *forum* e as saídas das principais vias militares.

As múltiplas, mas sumárias descrições de achados e ruínas, desenterrados do subsolo da área limítrofe da cidade, entre os séculos XVIII e XX, mau grado constituírem importante acervo informativo para a história das investigações de *Bracara Augusta*¹, representam, todavia, modesta contribuição para o estudo do seu urbanismo e arquitectura, pelas imprecisões que contêm.

Assim, só quando, em meados do nosso século, as novas urbanizações da cidade moderna avançaram para os terrenos da Colina de Maximinos e Cidade, onde se conservava ainda grande parte das ruínas romanas, se começou, verdadeiramente, a descobrir e destruir áreas fundamentais ao conhecimento do urbanismo da antiga cidade.

Datam dos anos 60 as primeiras intervenções arqueológicas em Braga, realizadas na sequência de obras de remodelação, ou de urbanização². Elas permitiram identificar necrópoles, que confirmaram, em parte, o perímetro da cidade romana sugerido pelas plantas de Braunio e de José Teixeira³ (Est.I), bem como alguns bairros residenciais e os primeiros vestígios de arquitectura doméstica⁴.

No entanto, só em 1976, com a criação do Campo Arqueológico de Braga e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho foi possível dar início a um programa de escavações e salvamentos sistemáticos, que deram a conhecer as características do urbanismo e arquitectura de *Bracara Augusta*. Os dados e as hipóteses que aqui se apresentam constituem, assim, fundamentalmente, o resultado das escavações realizadas, na área urbana de Braga, nos últimos dezassete anos⁵.

¹ Sobre o assunto pode ver-se H. B. Nunes (1978, 164-197), E. Oliveira e I. Fernandes (1984, 109-134), E. Oliveira (1978, 20-44; 1979, 164-197; 1980, 107-116; 1985, 179-194), M. Martins e M. Delgado (1989-90, 12-13) e M. Martins (1991-92).

² Os seus resultados foram sumariamente divulgados (SOUSA 1966a, 165-178; 1966b, 589-599; SOUSA e PONTE 1970, 389-411; OLIVEIRA 1979, 164-197).

³ Este autor propôs um traçado para a muralha, publicado, muitos anos mais tarde, por J.J. Rigaud de Sousa (1973, fig. 1).

⁴ Entre estes merecem destaque o peristilo da *domus* de Santiago, localizada no claustro do seminário do mesmo nome, escavado pelo Cônego Luciano dos Santos e a chamada Casa do Poço, escavada por J.J. Rigaud de Sousa, em Maximinos (1966a, 165-178; 1966b, 589-599).

⁵ A grande maioria dessas escavações foram realizadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, instituição responsável pelo estudo da cidade de *Bracara Augusta*. Sobre os resultados destas intervenções pode ver-se, entre outros, M. Delgado *et alii* (1986, 27-42) e M. Martins e M. Delgado (1989-90, 11-38). Destacamos, ainda, algumas escavações de emergência efectuadas pelo Ex Serviço de Arqueologia da Zona Norte (RODRIGUES *et alii* 1989, 173-188) e, mais recentemente, pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga.

2. O URBANISMO DE BRACARA AUGUSTA: OS DADOS E AS QUESTÕES

2.1. Estrutura urbana

Os dados arqueológicos disponíveis apontam para a hipótese de que *Bracara Augusta* foi fundada *ex-nihilo*⁶, entre o ano 3 a.C. e 4 da nossa era⁷. Única fundação augústea no território actualmente português a Norte do Douro, numa região sem tradição urbana, coube-lhe, certamente, um importante papel de capital regional, que se enquadra no programa político-administrativo que Augusto aplicou à Hispânia⁸.

Muito embora seja possível precisar a data da consagração oficial da nova *civitas* dos bracaraugustanos e compreender o processo de povoamento do novo espaço, graças aos elementos fornecidos pela arqueologia⁹ e pela epigrafia¹⁰, não dispomos ainda de dados precisos que permitam falar do programa urbanístico augústeo. Com efeito, não foi identificado, até ao momento, qualquer edifício datado da época da fundação da cidade. O conjunto das escavações realizadas testemunha que *Bracara Augusta* possuía um plano ortogonal, com orientação NO/SE, plano esse identificado a partir de muros, ruas e rede de saneamento (Est.II). De facto, a orientação da generalidade dos edifícios descobertos, coincide com o traçado de algumas ruas identificadas no quarteirão das Carvalheiras¹¹,

⁶ O local não oferece condições para ter sido um *castellum* indígena (MARTINS 1990, 219-220), nem tão pouco existem quaisquer evidências que permitam aceitar a sugestão de Schülten de que teria tido origem num acampamento de *Publius Carisius* (1943, 176-177).

⁷ Esta cronologia é sugerida por um conjunto de inscrições honoríficas encontradas em Braga e imediações (CIL, II 2422, CIL, II, 5123, EE VIII, 280= ILER 1028, VASCONCELOS 1913, 326; LE ROUX 1975, 155-159; MARTINS e DELGADO 1989-90, 14).

⁸ Sobre a organização administrativa e os programas urbanísticos de Augusto poderá ver-se, no que se refere ao território português, J. de Alarcão (1988; 1990a; 1990b, 43-57; 1992, 73-129). Sobre as características do povoamento indígena e o impacto da fundação das cidades no Noroeste pode ver-se, entre outros, P. Le Roux (1982, 177-179), A. Tranoy (1982, 125-137; 1983, 193-201), P. Le Roux e A. Tranoy (1983-84, 199-207) e J. Alarcão (1990c, 35-70).

⁹ Os resultados das escavações apontam para uma vasta área de ocupação, logo na primeira metade do séc. I, mas não facultaram até ao momento qualquer edifício com essa cronologia.

¹⁰ A epigrafia dá-nos conta de uma população urbana com forte componente indígena (LE ROUX e TRANOY 1989-90, 187-230), a par da presença de imigrantes itálicos, designadamente de comerciantes referidos na inscrição dedicada a *C. Caetronius Miccio* (CIL II, 2423), legado de Augusto na Citerior no tempo de Cláudio (42-44) (ALFÓLDY 1966, 185-195). São igualmente conhecidos em Braga cidadãos romanos inscritos nas tribos Galéria (LE ROUX 1982, nºs 125, 214 e 151) e Fábria (LE ROUX 1982, 219, nº 166).

¹¹ Neste quarteirão, localizado no quadrante Noroeste da cidade romana, foi detectado em 1983/84 um cruzamento de duas ruas (DELGADO e LEMOS 1985, 159-176; 1986, 151-167). O alargamento da escavação, entre 1991-1993, permitiu pôr a descoberto a totalidade da *insula* e descobrir, mais uma rua.

bem como com os eixos de uma cloaca descoberta recentemente¹². A conjugação destes elementos revela que *Bracara Augusta* conheceu um traçado hipodâmico, que cobriu grande parte da sua área construída. Esse traçado persistiu na organização da parte sul da cidade medieval, que corresponde aos bairros residenciais do quadrante nordeste da cidade romana, (OLIVEIRA *et alii* 1982, 13; MANTAS 1990, 86), bem como nalguns alinhamentos que persistiram em caminhos e muros divisórios das quintas e quintais que, posteriormente à Idade Média, viriam a ocupar os terrenos da parte sul da cidade romana. Todavia, foi a identificação, na zona das Carvalheiras, de uma *insula* romana, limitada por ruas, que permitiu reconstituir uma malha urbana, que se configura, para já, como hipótese de trabalho (MARTINS e DELGADO 1989-90, 39). De facto, assentando *Bracara Augusta* numa colina haverá que averiguar como se processou a adaptação de um plano ortogonal à topografia do terreno, sendo possível que a dimensão dos quarteirões possa ser pontualmente variável.

A modulação sugerida pela *insula* das Carvalheiras é quadrada, medindo aproximadamente 150 pés (44,33m medida tomada entre os eixos das ruas), com uma área construída de 1 *actus*, ou seja 120 pés (35,48m). A configuração rectangular de alguns quarteirões da parte nordeste da cidade, poderá resultar de uma alteração medieval da modulação romana (Est.II).

Com base nos elementos fornecidos pela escavação das Carvalheiras podemos admitir que algumas ruas fossem porticadas, dando acesso a lojas, situadas no rés-do-chão das casas. As evidências de pórticos apontam para uma modulação homogénea, de 10 pés entre colunas, sendo essa também a largura dos próprios pórticos, tal como a de algumas ruas.

O conjunto dos alinhamentos conhecidos permite situar o *decumanus maximus* a passar pela R. de S. Sebastião, que mantém a orientação SO/NE e um pouco a Norte da actual R. do Alcaide e Largo de Santiago.

O *cardo maximus* pode estar representado, na parte norte, na actual R. Jerónimo Pimentel, prolongando-se em direcção ao Campo das Carvalheiras e ao Campo das Hortas, ou um pouco mais a leste, correspondendo então ao eixo da grande cloaca que identificamos em 1992¹³. Na parte sul, o único alinhamento que persiste, com uma orientação NO/SE, corresponde ao troço da R. dos Bombeiros Voluntários, que segue até ao cruzamento da R. Damião de Góis.

O ponto central destes dois grandes eixos da cidade situa-se na área envolvente do actual Largo Paulo Orósio e capela de S. Sebastião, local referido na planta

¹² Identificada num salvamento de terrenos anexos ao antigo Albergue Distrital, realizado em 1992, cujos resultados estão ainda inéditos. O seu prolongamento, para norte, foi constatado num acompanhamento de obras no prédio nº 56 da Rua Frei Caetano Brandão, feito pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, a cujo responsável agradecemos os elementos fornecidos.

¹³ Cf. nota 23.

de Braunio como *forum* romano, de onde procedem duas inscrições, uma delas honorífica, dedicada a Constantino Magno¹⁴.

2.2. Evolução da cidade

Os elementos disponíveis sugerem que a traça da cidade se manteve sem grandes alterações até à Alta Idade Média. A atestá-lo temos as remodelações tardias realizadas em muitos edifícios escavados, algumas do séc. V, que respeitam a orientação geral das construções anteriores.

No entanto, estamos em crer que houve alterações relativamente à área ocupada pela cidade.

A questão dos limites de *Bracara Augusta* foi sempre colocada em função da existência de uma muralha, referida em documentos dos séculos XII e XIII (FEIO 1956), cujos troços visíveis permitiram a Jerónimo Contador de Argote descrevê-la, pela primeira vez, no séc. XVIII (1721, 68). Contudo, deve-se a José Teixeira a elaboração, em 1910, da primeira planta da cidade, com uma configuração oblonga, onde assinala uma muralha. O seu traçado (Est.I) coincide, de forma bastante rigorosa, com a dispersão da generalidade dos achados funerários encontrados até ao momento em Braga (MARTINS e DELGADO 1989-90b, fig. 1). Algumas sondagens realizadas na Quinta do Fujacal, em 1982, e as escavações mais amplas, actualmente em curso, neste local, permitiram pôr a descoberto um extenso pano de uma muralha, cuja fundação pode ser datada entre meados e finais do séc. III e cujo perímetro corresponde ao traçado sugerido por José Teixeira (DELGADO *et alii* 1984)¹⁵.

No entanto, é possível que a malha ortogonal da cidade nunca se tenha estendido até esses limites, sobretudo na parte sul. Esta suposição repousa no facto de existirem algumas construções que não obedecem aos eixos dominantes, NO/SE, como acontece, concretamente, com a chamada “Casa do Poço”, escavada por J. J. Rigaud de Sousa, nos anos 60, datada dos finais do séc. I e que se integraria num bairro artesanal de oleiros e vidreiros (SOUSA 1965-66, 165-172; 1966a, 165-178; 1966b, 589-599) (Est.II). O mesmo desalinhamento pode ser constatado noutros sectores periféricos da cidade, designadamente, na zona

¹⁴ Estas inscrições foram encontradas, em 1891, num desaterro próximo do palacete do Conde de S. Martinho, anexo ao Largo Paulo Orósio, em frente à capela de S. Sebastião. A inscrição dedicada a Constantino Magno foi destruída e a outra, bastante mutilada, onde se lia, embora de forma incompleta, a palavra GALAECIA, usada para calçar o passeio norte da R. Cruz da Pedra (BELINO 1896, 40), não sendo já legível.

¹⁵ Estas escavações, da responsabilidade da U.A.U.M., foram recentemente retomadas, tendo possibilitado a observação da face interna da muralha, do seu enchimento, bem como a sua datação. Os resultados encontram-se ainda inéditos.

25 de Abril e em construções recentemente detectadas nas escavações da Quinta do Fujacal.

Face a estes dados poderíamos admitir que o plano ortogonal de *Bracara Augusta* contemplou uma cidade mais restricta do que aquela que viria a ser cercada no séc. III, o que sugere, também, a hipotética existência de uma primitiva cerca, cujo traçado norte poderia ser coincidente com o da muralha tardia e que, na parte sul, estaria limitada por alinhamentos ainda conservados em taludes visíveis nos mapas antigos de Braga (Est.II). Fora dessa cerca poderiam ter-se desenvolvido, ao longo do Alto Império, vários bairros artesanais, que acabaram por ser envolvidos pela fortificação tardia (Est.II).

A admitirmos que *Bracara Augusta* possuía um muralha primitiva que limitava um vasto espaço ortogonal seria legítimo pensar que tal muralha constituísse basicamente um equipamento de prestígio, que poderá datar da mesma época em que se projectou a cidade hipodâmica.

O desenvolvimento de bairros extra-muros, alguns dos quais importantes à economia da cidade, como seria certamente o caso dos bairros artesanais¹⁶, explicaria a sua inclusão num perímetro urbano mais amplo, que, mesmo assim, deixou de fora muitas construções, senão mesmo bairros inteiros¹⁷.

2.3. O problema da cronologia

A cronologia do traçado hipodâmico de *Bracara Augusta* não se encontra ainda completamente esclarecida. De facto, a ausência de edifícios correlacionados com um programa de obras augesteo e a cronologia avançada, dentro do séc. I, para a ocupação da generalidade dos quarteirões, até agora escavados, não permite atribuir, em definitivo, a traça ortogonal ao momento da fundação da cidade, mau grado o traçado de algumas vias, cuja construção se inicia na época de Augusto, ou de Tibério, abonar em favor desta hipótese, pois encontram-se genericamente orientadas segundo os eixos da cidade.

De facto, haverá que justificar, porque razão a grande maioria dos edifícios escavados até hoje parece ter sido fundada entre o último quartel do séc. I/ inícios do séc. II. Poderíamos pensar que o avanço da construção foi lento, durante a primeira metade do séc. I e que a promoção municipal, sob os Flávios¹⁸,

¹⁶ Nas escavações da chamada “casa do Poço”, em Maximinos, apareceram moldes de lucernas, tanques de tratamento de argila e pasta de vidro. Nas escavações realizadas na Quinta do Fujacal apareceu igualmente pasta de vidro.

¹⁷ São já significativas as referências e achados que testemunham a existência de construções fora da muralha romana (MARTINS e DELGADO 1989-90, 28-29).

¹⁸ Embora controversa, a promoção municipal de *Bracara Augusta* é sugerida pelo razoável número de indígenas inscritos na tribo Quirina, pela onomástica flávia, presente na epigrafia da

terá acelerado o programa de obras e monumentalização da cidade. Seria possível admitir, também, que alguns edifícios da cidade de Augusto, tenham sido sacrificados, ou profundamente alterados, numa posterior renovação urbana.

Por outro lado, a aceitação desta hipótese põe em causa que a zona da Sé possa ter constituído o primitivo centro monumental de *Bracara Augusta*, com funções administrativas¹⁹, religiosas²⁰ e económicas²¹, conforme é tradicionalmente sugerido (LE ROUX 1975, 155-159), uma vez que se encontra totalmente descentrada em relação ao traçado ortogonal. Com efeito, as sondagens realizadas num dos claustros do Largo do Paço (LE MOS *et alii* 1988, 69-78) revelaram que a área a Norte da Sé só foi ocupada numa época tardia, a partir do séc. IV. Esta hipótese não obsta, todavia, que, na área da Sé, tenha existido um mercado²² e um templo a Isis²³, conforme é sugerido pela epigrafia. Apesar das intervenções já realizadas na R. da N. Sra. do Leite (GASPAR 1985, 51-125) e no altar-mor da própria catedral, (RODRIGUES *et alii* 1989, 173-188)²⁴, não terem permitido caracterizar o tipo de construções aí existente, parece aceitável que o local tenha funcionado como área pública.

É igualmente possível considerar que o projecto de uma cidade ortogonal seja posterior a Augusto, podendo datar, quer do período júlio-cláudio, quer do período flávio. Nesse caso, poderíamos admitir um programa de obras, associado à fundação da cidade, que tivesse contemplado a edificação de uma zona monumental, na área da Sé (*forum* e edifícios públicos). As restantes construções, envolvendo este centro, teriam sido erguidas, sem plano prévio, e, por conseguinte, posteriormente sacrificadas, quando se projectou uma cidade ortogonal (MARTINS e DELGADO 1989-90, 17-18). A opção por uma cronologia júlio-cláudia, ou flaviana para esse projecto, é, por ora, problemática. De facto, muito embora não se tenha identificado qualquer edifício datado da primeira metade do séc.

cidade e pela *dedicatio* da inscrição CIL, II, 2424, feita ao cidadão *L. Terentius Rufus, decreto decurionum* (LE ROUX e TRANOY 1973, 177-231; MARTINS e DELGADO 1989-90, 21-22).

¹⁹ Essas funções estariam associadas ao papel de *Bracara Augusta* enquanto capital de convento jurídico, divisão administrativa que vem sendo datada do tempo de Augusto (DOPICO CAÍNZOS 1986, 265-283).

²⁰ A existência de um templo ao culto imperial, neste local, datável eventualmente do tempo de Tibério, é sugerida por uma inscrição de uma sacerdotiza desta culto, *Lucrecia Fida*, que homenageia Isis Augusta (CIL, II, 2416). Todavia, esta inscrição, que se encontra imbutida numa parede da cabeceira da Sé, pode ter sido aí recolhida.

²¹ Vários autores tem referido a possibilidade de existência de um mercado na zona envolvente da Sé catedral, tendo por base a dedicatória ao *Genius Macelli* (CIL, II, 2413), aí encontrada, ou recolhida e hoje desaparecida.

²² Cf. nota 14. A existência de um mercado neste local parece aceitável pela sua situação periférica e pelas evidências arqueológicas de muros, na R. da N. Sra. do Leite e na zona do altar-mor da Sé, que podem constituir parte da estrutura de um mercado.

²³ Inscrição a *Isis Augusta* (CIL, II, 2416).

²⁴ Intervenção da responsabilidade do Ex Serviço Regional da Zona Norte.

I, encontramos, todavia, materiais dessa época em todo o perímetro urbano, facto que testemunha uma rápida ocupação de uma ampla área, correlativa de um intenso povoamento e expansão demográfica de *Bracara Augusta*. Se esse facto abonaria em favor de uma datação pré-flaviana para o traçado ortogonal, também é verdade que a promoção municipal da cidade poderia constituir, por si só, importante estímulo para uma profunda renovação urbana.

2. A ARQUITECTURA DE BRACARA AUGUSTA

4.1. Características gerais

Mau grado o número significativo de escavações que foram realizadas no perímetro urbano de Braga são ainda bastante reduzidos os conhecimentos que possuímos sobre a sua arquitectura. Duas circunstâncias estão na origem deste facto. Em primeiro lugar, a generalidade das escavações assumiu o carácter de salvamentos, tendo-se limitado ao estudo de áreas restrictas, raramente sendo possível escavar, na íntegra, conjuntos coerentes. Por outro lado, as evidências que chegaram até nós são extremamente pobres, pois as ruínas, desde os muros aos próprios derrubes, foram sistematicamente saqueados, desde a antiguidade. Os edifícios públicos foram os mais sacrificados, sobretudo os mais antigos, porque com melhor aparelho, garantiram útil e bom material de construção às cidades medieval e moderna. O que sobreviveu da generalidade dos edifícios está geralmente reduzido aos alicerces, e, por vezes, simplesmente às valas de roubo, facultando-nos tão só, a reconstituição da planta. Faltam-nos, assim, muitas evidências, sendo raros os elementos de arquitectura que ajudem a reconstituir fachadas, ou a altura e características dos próprios edifícios.

Neste contexto, é difícil abordar o tema da arquitectura romana de Braga, pois apenas conhecemos um edifício público, ainda não totalmente escavado, representado pelas termas do Alto da Cidade e a planta integral de uma única casa. Além destes dados possuímos, naturalmente, vestígios de inúmeras construções, identificados nos múltiplos salvamentos já realizados. Esses vestígios fornecem elementos cronológicos para identificar e datar fases, sugestões quanto às áreas ocupadas em diferentes momentos, mas poucos dados para inferir as características da arquitectura, ou dados económicos e sociais com ela relacionados.

O conjunto das escavações permite considerar que um primeiro momento construtivo parece obedecer a uma métrica rigorosa, com larga utilização de blocos e colunas. O aparelho usado nos edifícios, quer públicos, quer privados, é de excelente qualidade, revelando bom talhe, blocos de dimensões homogéneas

e cuidado ligamento entre eles. As construções estão solidamente implantadas na rocha, ou então em valas de fundação de dimensão apreciável. Os alicerces dos muros revelam, quase sempre, a mesma qualidade visível nas paredes, não parecendo ter existido preocupações de economia de materiais. O resultado visual destas construções aponta para uma arquitectura de grande qualidade e, simultaneamente, de grande leveza, sugerida pela abundante utilização de colonatas.

Tendo em conta os elementos cronológicos disponíveis poderíamos considerar que estas características são típicas do século I e de, pelo menos, parte do II.

A qualidade da construção diminui a partir do séc. II, começando a registar-se a utilização de tijolos, entre as pedras, primeiro em fiadas e, mais tarde, em simples bocados, que colmatam os interstícios entre as pedras, que deixam de ser talhados de forma rigorosa, adoptando dimensões e formas muito irregulares. Estas são genericamente as características das construções erguidas ou remodeladas entre finais do séc. III, inícios do IV. As colunas parecem desaparecer e os blocos, quando integrados nas construções, constituem simples reaproveitamento de material, servindo sobretudo para reforço da construção. Muitas vezes, as remodelações limitam-se a assentar as paredes em muros pré-existentes, reutilizando, frequentemente, elementos das construções anteriores, designadamente, colunas, bases e mesmo mós. O estudo do conjunto da *insula* das Carvalheiras permitiu verificar que, neste período, se fecham com muretes, os espaços entre colunas, sejam eles de pórticos ou de peristilos. Podendo constituir um sinal de insegurança, não deixa de ser surpreendente o efeito produzido, pois as construções adquirem um aspecto fechado e muito mais maciço.

A qualidade da construção tende a piorar entre o século IV/V. Os muros desta época, correspondendo a arranjos de edifícios anteriores, que por vezes sacrificam espaços e alteram a funcionalidade dos edifícios, não possuem qualquer robustez, assentando directamente na terra, possuindo alicerces débeis, o que em parte justifica as dificuldades em os datar.

A utilização de revestimentos nas paredes interiores das construções deve ter constituído uma regra, pelo menos, nos edifícios de maior importância, nos sécs I/II. Todavia, os seus vestígios raramente se conservaram, talvez porque a sua qualidade não fosse muito grande, ou porque, as remodelações dos sécs. III/IV, que refizeram, por vezes, paredes inteiras, os dispensaram.

São raros os solos de *opus signinum* em Braga. Regra geral, aparecem associados a balneários, constituindo pavimentos, ou revestindo piscinas e tanques. A raridade deste tipo de revestimento e o facto dos solos dos compartimentos aparecerem sistematicamente reduzidos a simples pisos de terra batida, sugerem que o chão das habitações seria, predominantemente, de madeira. A utilização de mosaicos foi também muito reduzida, aplicando-se em pequenos tanques e

piscinas²⁵ e, muito mais raramente, no revestimento do chão. Registrando uma presença mais significativa nas construções da parte leste da cidade, apontam, quase todos, para uma cronologia tardia, a partir do séc. III.

4.2. Os edifícios

As termas do Alto da Cividade

O edifício das termas públicas do Alto da Cividade foi identificado entre 1976-1977, na sequência de um salvamento num terreno destinado a ser urbanizado. Em 1980 foi objecto de uma extensa escavação que pôs a descoberto grande parte da área hoje visível (DELGADO *et alii* 1986, 27-42). Posteriormente, viria a merecer pequenas intervenções que não lograram ainda esclarecer, em definitivo, nem os seus limites sul e oeste, nem o circuito de banhos das diferentes fases de funcionamento das termas (Est.III).

Vários factores dificultam a interpretação deste edifício: as sucessivas remodelações a que esteve sujeito, o saque dos seus muros, apenas conservados ao nível dos alicerces e as grandes perturbações que sofreu, quando foram instaladas as infra-estruturas para a urbanização do sítio, nos inícios dos anos 70. As profundas valas, então abertas, romperam os muros e destruíram definitivamente evidências fundamentais.

Neste sentido, ensaiar uma interpretação das termas constitui ainda um mero exercício conjectural.

Vários elementos sugerem que as termas terão sido instaladas sobre um edifício anterior, cuja cronologia não está ainda satisfatoriamente estabelecida. Esse edifício, limitado a este por um sólido paredão que encosta à alterite granítica, possui uma configuração rectangular e utiliza, na sua parte central, vários pilares, que definem três naves.

O primeiro projecto das termas ocupa boa parte da estrutura do edifício anterior, parecendo contemplar duas áreas de banhos independentes, que colocam alguns problemas de circulação e exigiriam duas entradas independentes.

Este conjunto sofreu uma profunda remodelação entre finais do séc. III/ inícios do séc. IV, que transformou a anterior zona quente em área fria, tendo os hipocaustos sido deslocados para oeste. Nesta fase terá sido inutilizado o sector sul do balneário, eventualmente transformado numa área de serviços.

Tudo indica que o edifício deve ter deixado de ser utilizado como balneário

²⁵ Este é o caso da generalidade dos mosaicos conhecidos em Braga, designadamente no tanque do peristilo da *domus* de Santiago e dos exemplares encontrados nas escavações no terreno da antiga fábrica do Cardoso da Saudade.

nos finais do séc. IV/inícios do séc. V, tendo os seus espaços sido reaproveitados com outro fim, como sugerem os muros tardios com uma orientação destoante dos alinhamentos anteriores (Est.3).

A *insula* das Carvalheiras

O conjunto arquitectónico das Carvalheiras começou a ser escavado em 1982, no âmbito de um salvamento (DELGADO e LEMOS 1985, 159-176; 1986, 151-167). As características das ruínas justificaram a preservação do terreno e a sua posterior escavação em área. Foi assim possível pôr a descoberto a totalidade de um quarteirão residencial, limitado por ruas, integralmente ocupado por uma única habitação, que se desenvolve em dois planos, acompanhando o desnível do terreno. Para além desta habitação são perceptíveis, nos limites da área escavada, muros de *insulae* adjacentes (Est. III). Embora as escavações não tenham ainda sido concluídas e subsistam dúvidas relativamente às remodelações do sector este da construção é possível, desde já, fornecer uma ideia das suas principais fases.

A construção original, de excelente qualidade, seria constituída por uma casa de átrio e peristilo, com várias lojas que abriam às ruas, a sul e oeste, sendo de presumir que teria várias entradas. Para já, é pelo menos possível considerar uma a sul, outra a oeste e outra a norte. A Sul e Este a casa seria rodeada de pórticos.

Na primeira metade do séc. II o quadrante noroeste da casa foi remodelado para instalação de um balneário. Para o efeito foram sacrificadas algumas lojas, bem como parte da área envolvente do peristilo. Persistem algumas dúvidas sobre o carácter exclusivamente privado deste balneário, pois se é certo que se encontra inserido num conjunto residencial que permite o acesso dos seus ocupantes aos banhos, também é verdade, que a eles se poderia aceder directamente a partir da rua oeste. Por outro lado, a área termal é bastante razoável, o que faz admitir que o conjunto fosse alugado.

Entre finais do séc. III/inícios do IV são introduzidas algumas alterações neste conjunto, algumas das quais ainda não completamente esclarecidas. Os pórticos são fechados com muretes, bem como o próprio peristilo. Os espaços envolventes do peristilo são compartimentados. A fachada oeste é alterada em sacrifício da rua, que passa a ser mais estreita. O mesmo se passa no outro lado da rua, onde são construídos dois tanques, que estrangulam a área de circulação. Nesta remodelação os muros novos surgem desalinhados dos conjunto anterior.

Este conjunto sofreu ainda outras pequenas remodelações, mais tardias, provavelmente no séc. V.

BIBLIOGRAFIA

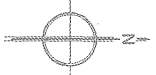
- ALARCÃO, J. de (1988). *Roman Portugal*, Warminster.
- (1990a). O domínio romano. Portugal das origens à romanização, J. de Alarcão (coord.), *Nova História de Portugal*, Ed. Presença, pp. 345-437.
- (1990b). A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto, *Stadtbild und Ideologie*, Kolloquium in Madrid, 1987, München, pp. 43-57.
- (1992a). A cidade romana em Portugal. Renovação urbana em Portugal na época romana, *Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 73-129.
- (1992b). A cidade romana em Portugal. A formação de “lugares centrais” em Portugal da Idade do ferro à Romanização, *Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 35-70.
- ALFÖLDI, Géza (1966). Um “cursus” senatorial de Bracara Augusta. *Revista de Guimarães*, Guimarães, 76 (3-4), pp. 363-372 (= 1967. *Madrid Miteilungen*, Madrid, 8, pp. 185-195.
- ARGOTE, J. C. (1728). *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, Lisboa.
- (1732-34). *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, Lisboa.
- BELINO, A. (1896). *Novas inscrições romanas de Braga*, Braga.
- CUNHA, D. Rodrigo da (1634). *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Braga.
- DELGADO, M. (1987). Notícia preliminar sobre o salvamento no quarteirão da Rua Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, pp. 187-199.
- DELGADO, M. e F. Sande Lemos (1985). Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de Escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, pp. 159-176.
- DELGADO, M. e A. Gaspar (1986). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, pp. 151-167.
- DELGADO, M. e F. Sande Lemos (1986). Zona das Carvalheiras: notícia da campanha de escavação de 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, pp. 151-167.
- DELGADO, M.; A. Gaspar e F. Sande Lemos (1986). O Salvamento de Bracara Augusta, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa, pp. 27-42.
- DELGADO, M e M. Martins (1988) Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, pp. 79-93.
- DOPICO CAÍNZOS, M. D. (1986). Los *conventus iuridici*. Origen, cronologia, y naturaleza histórica, *Gérion*, 4, pp. 265-283.
- FEIO, Alberto (1956). Origens da cidade - A Braga romana, *Diário do Minho*, 30 de Setembro de 1956.
- GASPAR, A. (1985). Escavações arqueológicas na rua de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, pp. 51-125.
- LEMOES, F. S. ; M. Delgado e M. Martins (1988). Sondagens arqueológicas no Largo do Paço, Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Lisboa, pp. 69-78.
- LE ROUX, P. (1975) Aux origines de Braga (Bracara Augusta), *Bracara Augusta*, 29 (67-68), pp. 155-159.
- (1982). *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion*

- de 409, Paris.
- (1982). Le monde urbaine et les indigènes: les données du problème dans le Nord-Ouest hispanique, *Actes du Colloque de Aix-la-Provemnce*, 1980, Marseille, pp. 177-179.
 - LE ROUX, P. e A. Tranoy (1973). Rome et les indigènes dans le NO de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'epigraphie et d'histoire, *M.C.V.*, 9, 177-231.
 - (1983-84). Villes et fonctions urbaines dans le Nord-Ouest hispanique sous la domination romaine, *Portugália*, (N/S), 4-5, Porto, pp. 199- 207.
 - (1989-90). As necrópoles de Bracara Augusta. B. As inscrições funerárias, *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, Braga, pp. 187-230.
 - MANTAS, V. (1990). Teledetecção e urbanismo romano: o caso de Beja, *Geociências*, 5, 1, Aveiro, pp. 75-88.
 - MARTINS, M. (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia, Monografias, 5, Braga.
 - MARTINS, M. (1991-92). História e memória de Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga (no prelo).
 - MARTINS, M. e M. Delgado (1989-90). História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, Braga, pp. 11-38.
 - NUNES, E. B. (1978). O Salvamento de Bracara Augusta: 3 - da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, pp. 227-236.
 - OLIVEIRA, E. Pires de (1978). O Salvamento de Bracara Augusta, IV. Os apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira, *Minia*, Braga, pp. 20-44.
 - (1979). O Salvamento de Bracara Augusta, 6 - A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia, *Minia*, Braga, 2 série, 2 (3), pp. 164-197.
 - (1980). O Salvamento de Bracara Augusta, 7, Antigos Achados: tentativa de interpretação crítica, *SANP*, 3, pp. 107-116.
 - (1985). Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses, *Conimbriga*, Coimbra, 24, pp. 5-83.
 - OLIVEIRA, E., E. Souto Moura, e J. Mesquita (1982). *Braga. Evolução da estrutura urbana*, Câmara Municipal de Braga.
 - OLIVEIRA, E. Pires de e I. Maria Fernandes (1984). Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa, *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, pp. 109-134.
 - SCHÜLTEN, A. (1943). *Los Cántabros y Astures y su guerra con Roma*, Madrid.
 - SOUSA, J. J. Rigaud de ((1965-66). Àcerca de um molde de lucernas, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 20 (1-2), pp. 165-172.
 - (1966a). Inventário dos materiais da Arqueologia bracarense, *Bracara Augusta*, Braga, 20 (43-44), pp. 165-178.
 - (1966b). Subsídios para a arqueologia bracararense, *Lucerna*, Porto, 5, pp. 589-599.
 - (1969). Novo molde de lucernas aparecido em Braga, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 21, pp. 309-311.
 - (1971). Cerâmica fina típica de Braga, *II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, pp. 451-455.
 - (1973). *Subsídios para a carta arqueológica de Braga*, Studia Archaeologica, Santiago de Compostela, 23.
 - SOUSA, J. J. Rigaud de e M. S. Ponte (1970). Novos elementos para a arqueologia bracarense, *I Jornadas Arqueológicas*, 2, Lisboa, pp. 384-412.
 - SOUSA, J. J. Rigaud e E. Oliveira (1982). Subsídios para o estudo das olarias de

- Bracara Augusta, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, pp. 359-369.
- TRANOY, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Boccard, Paris.
- (1982). Agglomérations indigènes et villes augustéennes dans le Nord-Ouest Ibérique, *Actes du Colloque de Aix-en-Provence*, 1980, Marseille, pp. 125-137.
- (1983). Remarques sur la permanence et les mutations dans la Galice antique: le rôle des villes", *II Seminário de Arqueologia del Noroeste*, Madrid, pp.
- TRANOY, A. (1980). Religion e Societé à Bracara Augusta (Braga) au Haut Empire, *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3, pp. 67-83.
- VASCONCELOS, J. L. de (1913). *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa.



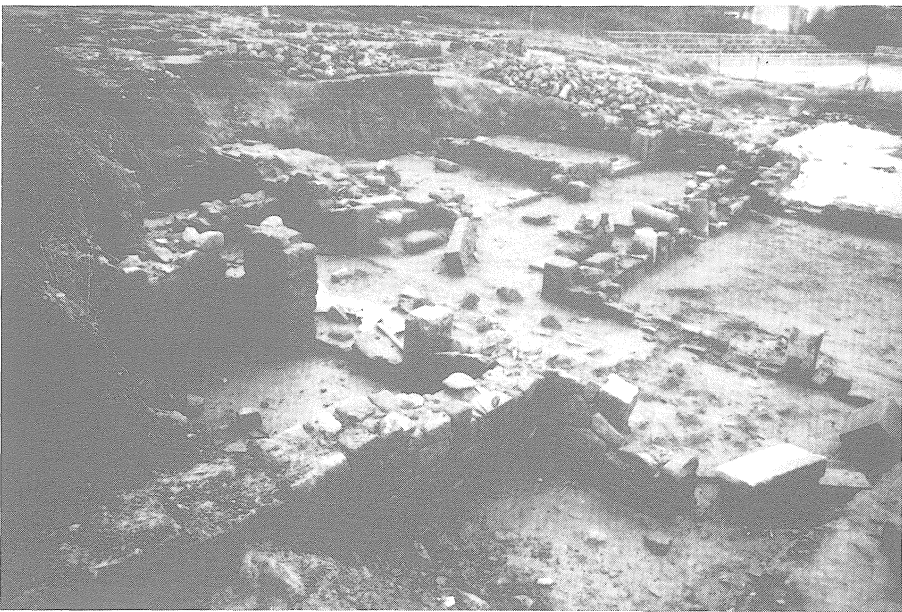
Perímetro urbano de Bracara Augusta e localização das necrópoles.



Malha urbana teórica de Bracara Augusta.



1. Perspectiva das termas do Alto da Cidade



2. Perspectiva das Carvalheiras